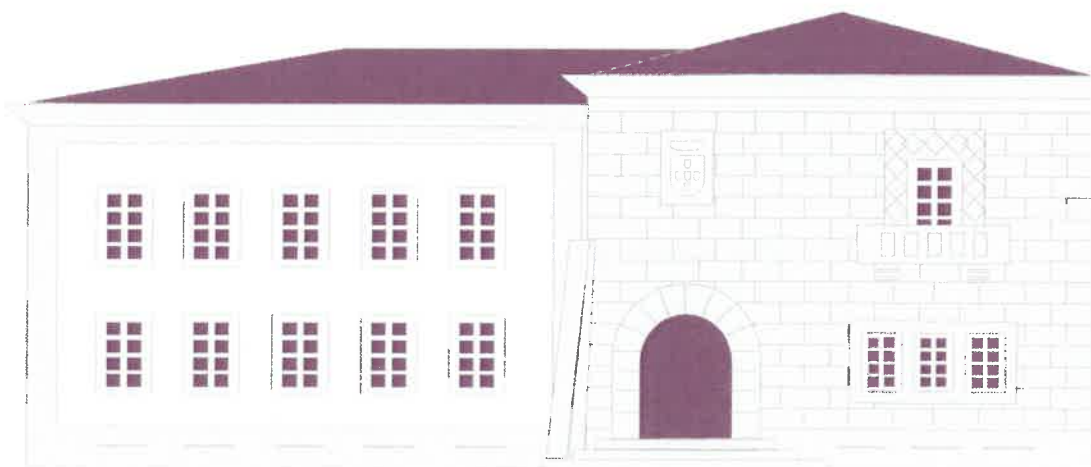




Freixo de  
Espada à Cinta

*Handwritten signatures in blue ink:*  
T. Silva  
D. Silva  
A. Silva  
S. Silva  
R. Silva

# GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2026



Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta



**Freixo de  
Espada à Cinta**

*Carmin  
Beit.  
H. A. A.  
F. A. A.*



Orçamentos enquadrado num Plano Orçamental Plurianual 2026 - 2030

# RELATÓRIO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO

# 2026



## Índice

<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE .....</b>	<b>2</b>
<b>1. Introdução .....</b>	<b>6</b>
<b>2. Linhas Programáticas de Atuação .....</b>	<b>8</b>
<b>3. Orçamento .....</b>	<b>8</b>
3.1. Resumo do Orçamento.....	16
3.2. Demonstração Orçamental Previsional da Receita .....	18
3.3. Demonstração Orçamental Previsional Despesa .....	26
3.4. Grandes Opções de Plano (GOP) .....	33
<b>4. Demonstrações Financeiras Previsionais .....</b>	<b>37</b>
4.1. Balanço Previsional.....	38
4.2. Demonstração de Resultados Previsionais.....	39
4.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional.....	40
<b>5. Anexos .....</b>	<b>41</b>

*[Handwritten signatures in blue ink]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*



## MENSAGEM DO PRESIDENTE

Encontrando-nos no primeiro ano do segundo mandato, significa que foi renovada a confiança dos nossos munícipes e por sinal com uma votação clara e expressiva nas eleições autárquicas de 12 de outubro de 2025, passaram 4 anos de verdadeira mudança, afirmação no panorama nacional e internacional pela positiva e transformação do nosso concelho, isso deve-se acima de tudo ao forte empenho e dedicação do atual Executivo e do anterior Executivo no seu primeiro mandato, em prol da nossa população e do nosso Município de Freixo de Espada à Cinta desde as Eleições Autárquicas de 2021, sendo este o tempo de reforçar e continuar a agir, como temos vindo a fazer, ainda com mais assertividade e empreendedorismo, mas também o tempo para preparar o futuro do nosso concelho com a total dedicação e empenho que tem sido levado a cabo pelo atual Executivo Autárquico. Agir implica, antes de mais, planear, e, nesse sentido, tornou-se imperioso resolver em grande parte os problemas financeiros herdados que se arrastavam de um passado recente e que nos condicionavam e que continuam a condicionar na nossa ação governativa, no presente e no futuro, apesar do salto quantitativo e qualitativo no que à situação financeira diz respeito, levada a cabo durante o presente ano de 2025. É cada vez mais reconhecida a dinâmica que temos vindo a implementar no nosso concelho e os benefícios que essa dinâmica traz em termos económicos e de projeção para o exterior. Chegou o tempo em que demos o salto para de uma vez por todas o atual executivo deixar de estar condicionado por um contexto financeiro de uma colossal dívida de curto prazo herdada (5,6 milhões de euros) que só teve uma consequência: impedir que todo o potencial de Freixo de Espada à Cinta se desenvolvesse com sustentabilidade e ambição.

É por isso que o atual documento orçamental, que nos vai guiar pelo primeiro ano deste segundo mandato, tem que contemplar a política financeira implementada e que visou dar a melhor resposta para resolvermos a dívida do município que, não sendo uma dívida da nossa responsabilidade, coube-nos e cabe-nos a nós continuar a resolver esse problema herdado com toda a nossa dedicação, brio e profissionalismo.

Temos a plena certeza que o nosso programa eleitoral será praticamente cumprido, o que faz com que continuemos a trabalhar arduamente para alcançar os grandes objetivos estruturais desse programa eleitoral, por isso mesmo precisamos de continuar com o plano económico-financeiro definido, que nos permite cada vez mais libertar-nos das amarras financeiras que herdámos, e será com esse propósito que este orçamento terá aí um papel fundamental.

No último ano assistimos a grandes mudanças nos diversos setores de ação no nosso concelho.

Começamos por destacar o setor da agricultura com o Gabinete de Apoio ao Agricultor que se mostra cada vez mais uma aposta ganha no que ao serviço que oferece aos agricultores diz respeito e que tem sido uma mais valia para os mesmos, através do qual os agricultores têm uma via facilitada para a gestão da sua atividade agrícola. Demos continuidade à vacinação de animais errantes iniciada no ano anterior, e o fundamental apoio ao combate à vespa velutina no nosso concelho.

Continuamos a apoiar os agricultores na implementação de novos processos produtivos e na valorização dos produtos de excelência produzidos no nosso território.

Demos continuidade à implementação do cheque veterinário. Ainda neste âmbito demos início ao processo da colocação de balanças agrícolas nas diferentes freguesias do nosso concelho e reforçámos o apoio ao Gabinete de Veterinária constituído por uma médica e um enfermeiro veterinário. O Gabinete tem dado aos nossos agricultores todo o apoio, em particular com as



candidaturas junto do IVDP e da CCDR-NORTE. Continuamos a promover os produtos endógenos e a participar nos mais variados certames nacionais e internacionais.

Ao nível da educação, já não falamos da vontade em lançar o Ensino Secundário Profissional, mas sim numa aposta ganha e numa realidade que está no terreno. Neste momento estão inúmeras famílias de Freixo de Espada à Cinta a beneficiar dessa realidade, com os seus filhos e/ou educandos a frequentar os 3 cursos abertos e em pleno funcionamento. Foram lançados mais 3 Cursos (Técnico de Geriatria, Técnico Auxiliar de Saúde e Técnico de Restaurante/Bar) cuja abertura se prevê para breve e que continuarão a contar com a parceria estabelecida entre o Município de Freixo de Espada à Cinta e os 3 Municípios de Cabo-Verde já nossos parceiros neste caminho.

Em relação à componente financeira, é preciso destacar e realçar o acesso ao mecanismo do FAM, que permitiu e permite trazer e cumprir com o objetivo traçado de colocar os prazos médios de pagamento de cerca de 1 ano no passado recente, para ficar o mesmo prazo no intervalo dos 60 a 38 dias. O acesso ao FAM permitiu e permite descongestionar as limitações do passado e assegurar que as contas que estão em curso e vierem a ser apresentadas nos próximos anos, passarão a refletir apenas e só a gestão deste executivo, tal como já se refletiu em 2024.

Ao nível da Ação Social, está em curso o programa Primeiro Direito, com o apoio direto a mais de 110 famílias, num total de 4,5 milhões de euros que estarão afetos de forma direta a este programa e dos quais 1,5 a 2 milhões de euros serão já aplicados através deste orçamento relativo ao próximo ano. Iremos também reestruturar todo o programa do CLDS de acordo com as necessidades da nossa população, tal como o programa PIPSE e o programa Radar Social, ambos já em execução. Como é sabido, com a descentralização de competências ao nível da Ação Social a autarquia assegura agora o cumprimento dessas funções que são uma mais valia para as populações. Por fim, queremos alargar o apoio no que diz respeito às refeições escolares e passarem a ser asseguradas pela autarquia de acordo com os escalões de cada aluno ainda com maior abrangência, bem como conceder Bolsas de Estudo no Ensino Secundário/Ensino Superior, de acordo com o seu aproveitamento escolar e continuar a apoiar a 100% os transportes escolares no Ensino Secundário e Superior. Por falar em alunos, vamos continuar a apoiar as viagens realizadas pelo Agrupamento de Escolas Guerra Junqueiro, permitindo desta forma que possam cumprir todas as suas viagens planificadas, em prol do seu desenvolvimento escolar.

Em 2026 daremos continuidade à aposta de marcar presença com os nossos agricultores nas feiras agrícolas como por exemplo a de Santarém e de Salamanca, de modo a estarem sempre atualizados com as tendências do setor. Ainda sobre a agricultura, queremos disponibilizar aos agricultores a possibilidade de realizarem as pesagens nas suas zonas de abrangência, tal como já acontece em Poiares e Lagoaça/Fornos, colocando uma balança específica para o efeito em Freixo de Espada à Cinta, tal como foi apresentado no nosso compromisso eleitoral. Queremos manter o apoio na compra de medicamentos na nossa farmácia a todos os que careçam dessa ajuda e que, por isso, precisam desse apoio até 100€ na compra de medicamentos. Nesta área da saúde manteremos a ajuda a todos os doentes oncológicos e não oncológicos no sentido de lhes proporcionar as condições necessárias para se deslocarem aos hospitais que ficam nos grandes centros urbanos e longe de concelhos periféricos como o nosso. Pretendemos reabrir a sala de fisioterapia durante 5 dias por semana, permitindo desta forma que os nossos munícipes fiquem com mais um serviço disponível na área da saúde. Estamos a trabalhar numa possível parceria com a ULSNE onde pretendemos fomentar a criação de uma bolsa até ao montante de 20 mil euros para a contratação de médicos que garantam o cumprimento integral do serviço prestado à população, bem como o apoio fundamental prestado através do protocolo assinado



com a ULSNE para a equipa de Cuidados Paliativos que foi implementada. E a pensar na saúde dos menos jovens, relembramos a aposta na Educação Física Sénior nas aldeias do concelho que tem tido uma excelente adesão e que mostra que valeu a pena investir, a realização dos passeios que queremos continuar a promover para dar a conhecer locais do nosso país e continuar a apostar nas aprendizagens através da Universidade Sénior que cada vez tem mais pessoas inscritas, mostrando bem o cuidado que temos com quem já deu tanto pelo nosso concelho.

No âmbito da Seda, e já com a sua certificação deste produto, depois de muito se ter trabalhado para a sua obtenção, estamos a preparar os próximos passos e a negociar 3 acordos que esperamos que venham a dar frutos já a partir do próximo ano de 2026.

Ao nível de grandes investimentos do nosso concelho, estamos a concluir as obras da Praia Fluvial da Congida, de Requalificação do Campo Desportivo do Jardim da Seda, do Edifício dos Paços do Concelho e do Edifício da Biblioteca Municipal.

Iremos dar início à construção da Cozinha Regional em Lagoaça, obra adjudicada no valor de 149 mil euros, com financiamento de 85%, da Requalificação do Edifício dos Bombeiros, obra orçamentada no valor de 450 mil euros, com financiamento de 85% e Requalificação de Espaços Públicos da Vila de Freixo de Espada à Cinta, melhorando as condições de usufruto deste espaço público e acessibilidade, uma obra orçamentada no valor de 500 mil euros e financiada a 85%.

Está já submetida a candidatura para a requalificação das piscinas municipais cobertas, onde se prevê um investimento em obra no valor de 1 milhão e 600 mil euros, com financiamento a 85%, da Requalificação do Auditório Municipal um investimento no valor de 500 mil euros, financiados a 85% e da Requalificação do Polo Profissional um investimento no valor de 1 milhão e 150 mil euros, financiados a 85%.

Aguardamos a atribuição do grau de prioridade por parte da CCDRN para submeter candidatura do Agrupamento de Escolas Guerra Junqueiro, uma obra no valor de 2,2 milhões de euro, onde estamos a falar de um apoio de 100% de financiamento que se destina à colocação de um Pavilhão Gimnodesportivo, um pequeno Auditório e a aplicação de revestimento para garantir melhores condições de utilização aos alunos e profissionais que ali exercem o seu trabalho.

Já foi adjudicada a requalificação de 24 fogos do Bairro Social e 1 fogo na Rua dos Palheiros e está para lançamento de concurso a requalificação de mais 5 fogos no âmbito da candidatura ao 1º Direito, com financiamento de obras a 100%.

Decorrem as obras na Igreja Matriz, onde serão aplicados quase 2 milhões de euros para obras de reparação e manutenção.

Queremos ainda dar início durante o ano de 2026 à construção de piscinas na União de freguesias de Lagoaça/Fornos e também na freguesia de Poiães. Também é para nós importante continuar a realizar alguns melhoramentos nas paragens de autocarro das freguesias para dar melhores condições aos munícipes e a quem tem necessidade de se deslocar de autocarro no concelho.

Quanto a eventos que teremos em 2026, falamos naturalmente da Amendoeira em Flor, do possível regresso do Campeonato Nacional de Vólei de Praia, que é já uma aposta ganha e que pretendemos ter novamente uma etapa do Circuito Nacional, teremos novamente os torneios Freixo Cup e Freixo Futebol de Praia que estamos certos de que continuarão a ser um atrativo e que trarão a Freixo de Espada à Cinta em cada um dos eventos, cerca de 1500 pessoas entre atletas e todos os que os acompanham e nos visitam.



Ao nível da gastronomia, continuaremos a apostar no certame dos Sabores e Tradições, uma vez que cada vez mais se tem revelado uma aposta ganha, a que se segue em termos de calendário a inauguração da iluminação de Natal, pensada e preparada para toda a comunidade freixenista.

Ao nível cultural, para além de um preenchido calendário que está a ser trabalhado e que inclui, entre outras, exposições e a apresentação de peças teatrais no Auditório Municipal, continuarão a decorrer as atividades, já programadas, com o Agrupamento de Escolas Guerra Junqueiro como é exemplo a Feira do Livro de 2026 (entre tantas outras), com a Filandorra e as aulas de teatro, e continuarão a decorrer até ao final do ano homenagens ao poeta Abílio Guerra Junqueiro. Ainda ao nível cultural e no âmbito da Seda, agora já certificada depois de muito se ter trabalhado para o seu reconhecimento, continuamos a trabalhar e a preparar parcerias estratégicas que, esperamos, venham a dar frutos já a partir do próximo ano. Também a parte histórica da vila será enriquecida com o projeto da realidade virtual da Torre do Galo (a que restou do antigo Castelo), cuja utilização por parte de todos os municípios está a ser preparada para uma utilização regular e através de uma experiência ímpar.

Em relação ao associativismo estamos muito empenhados em continuar a apoiar aqueles que se esforçam para dar o seu melhor nas diversas associações e comissões de festas do concelho. Constatamos que hoje em dia cada vez mais estas organizações fomentam a amizade e a entreatajuda para que a uma só voz se consiga alcançar os resultados a que temos vindo a assistir em prol do nosso concelho. Só assim podemos cada vez mais continuar como até aqui a ser falados pelos bons motivos.

Temos também vindo a apoiar continuamente a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Freixo de Espada à Cinta, através de um subsídio protocolado em 2025 de 170mil euros, acrescido de um apoio extra de 36 mil euros ao longo do ano e ainda 15 mil euros referentes à regularização de dívida herdada, mas não regularizada pelo anterior Executivo PSD.

Foi ainda celebrado um apoio financeiro para aquisição de uma viatura de transporte de doentes no montante de 30.976,77, com um plano de pagamento a decorrer ao longo de 3 anos, com o seguinte plano financeiro: ano de 2025 no valor de 15.388,99, ano de 2026 no valor de 7.595,10 e no ano 2027 no valor de 7.793,89.

Foi ainda atribuído um subsídio de 3.500 euros para reparação de uma viatura alocada ao INEM. Neste orçamento para o próximo ano, continuaremos a apoiar através de um subsídio protocolado para 2026 de 170 mil euros, acrescido de um apoio extra de 36 mil euros ao longo do ano, bem como o apoio anteriormente mencionado no montante de 7.595,10. Para além destes apoios, contamos ainda no próximo ano entregar aos Bombeiros, mais uma viatura para o transporte de doentes não prioritários e continuar a trabalhar na candidatura para a requalificação do edifício do quartel dos Bombeiros.

Todo este trabalho só é possível com um grande empenho da parte do atual Executivo Autárquico juntamente com os funcionários da autarquia, e com todos os agentes políticos e não políticos do concelho, sabendo que quando se trabalha afincadamente desta forma e com este dinamismo, sai enaltecido o reconhecimento do nosso concelho. Prova disso foram a entrega de 13 Prémios Autarquia do Ano ao Município de Freixo de Espada à Cinta, sendo mesmo o Grande Vencedor da edição de 2025, bem como a atribuição de 6 Prémios de Excelência Autárquica nas áreas da Educação, Turismo, Desporto, Ação Social e Cultura, todos durante o ano de 2025. E, reforçamo-lo, porque acreditamos cada vez mais nas potencialidades do nosso concelho, na visão do executivo autárquico e no trabalho dos funcionários deste Município.



## 1. Introdução

Para dar cumprimento ao disposto da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e de acordo com o estabelecido na sua alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, é apresentado o Orçamento para o ano de 2026 e as Grandes Opções do Plano para o quadriénio de 2027-2030.

O Orçamento Municipal para 2026 e as Grandes Opções do Plano 2027-2030, foram elaborados de acordo com as disposições constantes no Sistema de Normalização Contabilística das Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, nomeadamente respeitando o vertido na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, conjugado com o disposto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações vigentes, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI). No entanto, o Decreto-lei 54-A/99, na sua redação atual, que aprovou o POCAL, não foi revogado na sua totalidade, sendo que se encontra em vigor o ponto 3.3 relativo às regras previsionais, as quais foram tidas em conta na elaboração do presente documento.

O presente relatório de proposta do Orçamento Municipal para 2026 foi elaborado com o intuito de disponibilizar informação de carácter económico, financeiro e social sobre o Município de Freixo de Espada à Cinta. Com a apresentação dos mapas de análise procura-se espelhar aquela que irá ser a atividade a desenvolver pelo Executivo.

Assim sendo, e no cumprimento das disposições constantes do Decreto – lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro, que consagra a aprovação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, nomeadamente no nº 46 do ponto 11 da NCP-26, o Município de Freixo de Espada à Cinta apresenta as demonstrações orçamentais previsionais, que se concretizam num Orçamento, enquadrado num Plano Orçamental Plurianual (2027-2030), pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI), para o mesmo horizonte temporal, e ainda, o Plano de Atividades Municipal (PAM), que se consubstancia nas atividades mais relevantes da gestão, nos termos da alínea e) do artigo 46º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

O Município de Freixo de Espada à Cinta, celebrou com o Fundo de Apoio Municipal (FAM) em 07.11.2023, o contrato Programa de Ajustamento Municipal, tendo sido visado em 16.01.2024, pelo Tribunal de Contas, o contrato de assistência financeira no montante global de 12.651.819,15 euros, dos quais foram utilizados no decorrer de 2024 e 2025, o valor de 11.669.134,04 euros.

Nos termos do artigo 31.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, na sua redação atual, a proposta de orçamento dos municípios com os Programas de Ajustamento Municipal está sujeita a parecer prévio do FAM, o qual incide sobre a conformidade da proposta com as medidas e obrigações nele previstas, a análise de sustentabilidade de médio e longo prazo e a identificação de riscos orçamentais.

Nas previsões do Programa de Ajustamento Municipal do Município de Freixo de Espada à Cinta, aprovado no final do ano de 2023, é suposto que seja apurado um saldo total significativo anual, que resulta da execução orçamental de cada ano, com o objetivo de criar um excedente a ser aplicado na redução da dívida total do Município nos termos programados.



Município de Freixo de Espada à Cinta  
Relatório do Orçamento Municipal para 2026

Estando o Programa de Ajustamento Municipal em fase de execução, o Município de Freixo de Espada à Cinta elaborou a sua proposta de orçamento para 2026 com base nos objetivos inscritos no Programa de Ajustamento Municipal para o mesmo ano.

As áreas de intervenção da autarquia são definidas pelas atribuições e competências contidas no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, ambas na sua redação atual. O planeamento de atividades, explanadas no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano, representam não só o cumprimento de um imperativo legal, como também a necessidade de definir prioridades face aos recursos disponíveis.

O presente relatório inicia-se com a apresentação das linhas programáticas de atuação a desenvolver por este Município, seguindo-se a apresentação do Orçamento para o ano de 2026 e das Grandes Opções do Plano (2027-2030), com uma análise da receita e da despesa e, dos projetos e ações que o Município de Freixo de Espada à Cinta pretende executar.



## 2. Linhas Programáticas de Atuação

O Orçamento Municipal, as Grandes Opções do Plano, o Mapa de Pessoal e outros documentos que compõem este plano, definem as políticas orçamentais e económica do município, com o objetivo de promover um crescimento equilibrado e sustentado do concelho, e desenvolver políticas que promovam a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos munícipes, atuando em áreas estratégicas, como o desenvolvimento territorial, a mobilidade e os transportes, o ambiente, a saúde, a ação social e a habitação, a agricultura, a economia, a educação, a cultura e o desporto.

Os objetivos estratégicos que visam alinhar a gestão estratégica com a gestão operacional, são os seguintes:

### 1. URBANISMO E ACESSIBILIDADES

- 1.1. Continuar a requalificar urbanisticamente o Jardim da Seda;
- 1.2. Criar um circuito pedonal e de manutenção na marginal do Rio Douro entre a Congida e a barragem de *Saucelle*;
- 1.3. Criação de balneários públicos, requalificação de zona alimentar e aumento de estacionamento na Praia Fluvial da Congida;
- 1.4. Alargar, colocar asfalto, marcar, sinalizar e limpar as bermas em todas as estradas municipais identificadas onde seja necessário realizar intervenções;
- 1.5. Encetar esforços para construção de piscinas em Lagoaça/ Fornos e Poiares;
- 1.6. Continuar a renovar e melhorar a frota automóvel do município;
- 1.7. Continuar a melhorar o estaleiro municipal, dotando-o de melhores condições para os funcionários;
- 1.8. Encetar esforços na Reabilitação e Requalificação da Escola Básica Guerra Junqueiro;
- 1.9. Concluir a Reabilitação e Requalificação da Biblioteca Municipal;
- 1.10. Reabilitação e Requalificação do Edifício dos Passos do Concelho;
- 1.11. Dar início à Reabilitação e Requalificação das Piscinas Municipais cobertas;
- 1.12. Requalificação de vários espaços públicos do concelho;
- 1.13. Programa 1.º Direito,
- 1.14. Reabilitação e Requalificação do quartel dos BVFEC.

### 2. ECONOMIA E EMPREGO

- 2.1. Continuar a apoiar e desenvolver a um patamar nacional/internacional a promoção comercial de Seda de Freixo de Espada à Cinta;
- 2.2. Apoiar e promover os produtos regionais locais, de cada freguesia;
- 2.3. Criar condições para que investidores possam trazer riqueza, que fixem populações e que, por conseguinte, criem emprego;
- 2.4. Reabrir o Gabinete de Inserção Profissional;
- 2.5. Continuar o processo de negociação de saída da ADIN.
- 2.6. Apoiar os Bombeiros Voluntários, a Santa Casa da Misericórdia, a Associação de Comerciantes, o Centro Paroquial de Assistências, as Comissões de Festas, o Agrupamento de Escolas Guerra Junqueiro, o Centro Social Monsenhor Martins, o Centro Paroquial e Social de Lagoaça, o Centro Social e Paroquial de Poiares e o Centro Social e Paroquial de Fornos e todas as comissões de Festas e Associações do concelho.

### 3. TURISMO, CULTURA E PATRIMÓNIO



**3.1. Promover o turismo histórico, religioso e do património:**

- Manter e divulgar a calçada de Alpajares, assim como a vila de Freixo de Espada à Cinta, como Caminho Português de Santiago León de *Rosmithal*;
- Continuar a dotar o Penedo Durão de condições e equipamentos atrativos para se afirmar como um miradouro de referência na região;
- Apoiar os eventos “Sete Passos”, “Enterro do Entrudo” e “Via Sacra”;
- Melhorar os acessos aos miradouros e promover esses locais como destino de roteiro turístico;

**3.2. Continuar a promover e a revitalizar a “Feira da Flor da Amendoeira”;**

**3.3. Promover a obra de Guerra Junqueiro como nome maior da cultura Freixenista;**

**3.4. Apoiar manifestações culturais e artísticas;**

**3.5. Dar continuidade ao Festival de Tunas Académicas;**

**3.6. Continuar com as sessões de cinema e manutenção de jornais diários;**

**3.7. Incluir os bens culturais do concelho classificados como Património Nacional e Património de Interesse Público nas «Rotas do Norte» da CCDR-N.**

**4. EDUCAÇÃO**

**4.1. Continuar a estabelecer protocolos para melhorar o Ensino Secundário (via profissional no concelho);**

**4.2. Continuar a dinamizar a “Feira do Livro”, em parceria com o AE Guerra Junqueiro;**

**4.3. Continuar a dinamizar a estrutura curricular da Universidade Sénior, procurando que haja uma maior adesão;**

**4.4. Reconhecer o compromisso com os Territórios Educadores e com a Educação para a Cidadania e para a Igualdade, implementando medidas de política eficazes para a sua concretização,**

**4.5. Criação de Bolsas de Estudo e continuar a assumir o pagamento dos transportes públicos a 100% (autocarro e comboio) de todos os alunos do concelho que frequentem o ensino secundário e superior;**

**4.6. Conceder Bolsas de Estudo no Ensino Secundário/ Ensino Superior, de acordo com o seu aproveitamento escolar.**

**5. JUVENTUDE E DESPORTO**

**5.1. Rentabilizar os equipamentos municipais e melhorar as suas infraestruturas;**

**5.2. Realizar uma concentração anual Motard em Freixo de Espada à Cinta;**

**5.3. Dinamizar eventos desportivos transfronteiriços;**

**5.4. Continuar e procurar estabelecer protocolos federativos para a realização de eventos desportivos em Freixo, de nível nacional e internacional, nas diversas modalidades;**

**5.5. Manter o estímulo e o apoio à prática das diversas modalidades desportivas existentes;**

**5.6. Continuar a desenvolver as férias desportivas e culturais, com um programa mais vasto e alargado;**

**5.7. Promover competições com clubes da região para atividades desportivas conjuntas, nas diferentes modalidades;**

**5.8. Manter o projeto «Bolhas D’Água»;**

**5.9. Reformular e dinamizar as corridas do 10 de junho;**

**5.10. Continuar a dinamizar o campo de futebol/voleibol de praia na Congida;**

**5.11. Criar um ponto de ensino e aprendizagem de *Paddle* e canoagem na Congida;**

**5.12. Procurar garantir acesso às tecnologias da informação e comunicação em todas as freguesias;**



- 5.13. Continuar a realizar a Maratona de *Futsal*;
- 5.14. Realizar o 1º Torneio Concelhio de *Futsal* “Verão 2026”;
- 5.15. Continuar a realizar os eventos desportivos «FreixoCup» nas modalidades de Futebol e Futebol de Praia;
- 5.16. Realizar o Evento Nacional e Internacional “Rece Natur”.

## 6. CIDADANIA, SAÚDE E BEM-ESTAR

- 6.1. Implementar o Orçamento Participativo;
- 6.2. Simplificar procedimentos na resolução de situações que obrigam ao contacto entre munícipes e a autarquia;
- 6.3. Continuar a Presidência aberta na qual o executivo ausculta e dá voz a cada uma das aldeias do concelho;
- 6.4. Apoiar o Associativismo;
- 6.5. Alargar o quartel dos Bombeiros Voluntários de FEC através de candidatura;
- 6.6. Dar Continuidade ao Encontro de Paróquias;
- 6.7. Divulgar os dados financeiros do município através do *site* da autarquia, promovendo a transparência municipal;
- 6.8. Continuar a tornar Freixo de Espada à Cinta num exemplo de transparência municipal;
- 6.9. Promover colóquios de discussão sobre assuntos relacionados com as diferentes áreas do nosso Concelho;
- 6.10. Apoiar a criação de uma USF em parceria com Municípios vizinhos através de protocolos com a ULS Nordeste;
- 6.11. Dar continuidade ao “Projeto Vida +” (aulas de exercício para seniores); Educação Física Sénior;
- 6.12. Apoiar os mais necessitados no acesso aos cuidados de saúde, nas deslocações ao IPO e Hospitais Centrais nas diferentes valências ao nível regional e nacional.

## 7. AGRICULTURA

- 7.1. Continuar a melhorar o Gabinete de Apoio ao Agricultor;
- 7.2. Continuar a adquirir balanças industriais para as freguesias;
- 7.3. Apoiar os agricultores na implementação de novos processos produtivos e valorizar os produtos de excelência produzidos no concelho;
- 7.4. Continuar a apoiar as montarias existentes no concelho;
- 7.5. Participar em eventos nacionais e internacionais para divulgação dos produtos do nosso concelho, em parceria com as entidades locais;
- 7.6. Continuar a pagar a quota da ADS dos ovinos, caprinos e bovinos;
- 7.7. Continuar a apoiar o combate à vespa velutina.

## 8. AMBIENTE

- 8.1. Colocar sombreamento em vários locais de estacionamento da vila;
- 8.2. Apoiar e colaborar na limpeza de caminhos e corta-fogos;
- 8.3. Manter os espaços públicos cuidados;
- 8.4. Substituir alguma iluminação mais antiga e a cargo da autarquia por iluminação LED, mais económica e eficiente.

## 9. AÇÃO SOCIAL

- 9.1. Estabelecer protocolos com as IPSS do concelho;



- 9.2. Apoiar a natalidade, sobretudo em famílias mais carenciadas e de acordo com o seu escalão de rendimentos;
- 9.3. Apoiar a integração das crianças sinalizadas pela CPCJ;
- 9.4. Identificar e sinalizar as habitações disponíveis para o arrendamento jovem, apoiando a fixação de jovens no concelho;
- 9.5. Adquirir terrenos para construção de habitação para jovens;
- 9.6. Conceder Bolsas de Estudo no Ensino Secundário/ Ensino Superior, de acordo com o seu aproveitamento escolar;
- 9.7. Continuar a assumir o pagamento dos transportes públicos a 100% (autocarro e comboio) de todos os alunos do concelho que frequentem o ensino secundário e superior;
- 9.8. Apoiar os mais idosos e carenciados no sentido de inclusão social;
- 9.9. Apoiar as famílias carenciadas, de acordo com critérios transparentes, na reabilitação da sua habitação.

*[Handwritten signatures in blue ink]*



### 3. Orçamento

Os documentos previsionais do Município de Freixo de Espada à Cinta conformam-se com a disposições legais aplicáveis nesta matéria às Autarquias Locais, designadamente o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 14 de setembro, que aprovou o POCAL, revogado por aquele diploma legal mas do qual permanecem em vigor os pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento, a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, e a Lei do Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual.

De acordo com o n.º 1 do artigo 45º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação, deve o Órgão Executivo apresentar ao Órgão Deliberativo, até 30 de novembro, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte. Por sua vez, o Órgão Deliberativo procede à aprovação da proposta de Orçamento e das Grandes Opções do Plano, na sua quinta sessão ordinária, conforme o disposto no artigo 27º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

No âmbito da gestão previsional, a atividade financeira a desenvolver pelo Município de Freixo de Espada à Cinta, baseia-se no Orçamento, que deverá ser elaborado tendo em conta os princípios e regras previsionais, em articulação com o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano das Atividades Municipais (PAM), uma vez que estes três mapas tratam de informação comum.

O planeamento e programação de investimentos e atividades, bem como a preparação do orçamento, que clarifica sobre o modo como as mesmas serão financiadas, representam não só o cumprimento de um imperativo legal como também a necessidade de definir prioridades face aos recursos disponíveis.

Nos termos do nº1 da NCP 26, do parágrafo 17 da NCP 1, ambas previstas no SNC-AP, e do nº1, do artigo 46º do RFALEI, os documentos previsionais a adotar pela Autarquia Local compreendem:

1. Demonstrações Previsionais na NCP 26, do SNC-AP e nº1, do artigo 46º do RFALEI
  - 1.1) Orçamento, enquadrado num plano orçamental plurianual;
  - 1.2) Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
  - 1.3) Atividades Mais Relevantes (AMR's).
2. Demonstrações Financeiras Previsionais, previstas no parágrafo 17, da NCP1, do SNC-AP:
  - 2.1) Balanço previsional;
  - 2.2) Demonstração dos resultados previsional, por natureza;
  - 2.3) Demonstração dos fluxos de caixa previsional.

Conjugado com o preceituado na alínea e) nº1 do artigo 46 de Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), deve incluir-se a proposta das **Grandes Opções de Plano (GOP)**, onde são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico que incluem o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes.



As demonstrações previsionais são, assim, o reflexo das políticas públicas que se pretendem aplicar, traduzindo de que forma e em que montante se prevê arrecadar recursos e os fins previstos para a sua utilização.

O Plano Plurianual de Investimentos engloba a informação de cada projeto de investimento, considerando-se este como o conjunto de ações inter-relacionadas, delimitados no tempo, com vista à concretização de um objetivo que contribua para a formação bruta de capital fixo, bem como as respetivas fontes de financiamento, de acordo com os objetivos estabelecidos pela Autarquia.

O Plano de Atividades Municipal reflete o conjunto de atividades que, não sendo de investimento, mas sim atividades correntes, constituem as mais relevantes da gestão autárquica, expondo a necessidade de previsão de despesas a realizar.

O orçamento apresenta, nos termos da NCP 26, a previsão anual das receitas e das despesas, processada de acordo com o método das partidas dobradas, devendo para o efeito ser considerada a classe de contas apresentada no seu parágrafo 37 e a sua elaboração deve obedecer aos princípios e regras da NCP 26, bem como às regras orçamentais inscritas no artigo 40º e 47º do RFALEI.

O presente orçamento inclui, ainda, os seguintes elementos, nos termos do número do artigo 46º do RFALEI:

- a) Relatório com a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta, incluindo a identificação e descrição das responsabilidades contingentes;
- b) Mapa resumo das receitas e despesas da autarquia local, que inclui, no caso dos municípios, de forma autónoma, as correspondentes verbas dos serviços, municipalizados, quando aplicável;
- c) Mapa das receitas e das despesas, desagregado segundo a classificação económica, a que acresce, de forma autónoma, o dos serviços municipalizados, quando aplicável;
- d) Articulado que contenha as medidas para orientar a execução orçamental;
- e) A proposta das Grandes Opções de Plano, composta pelas atividades mais relevantes e plano plurianual de investimento, com nota explicativa que a fundamenta, a qual integra a justificação das opções de desenvolvimento estratégico, a sua compatibilização com os objetivos da política orçamental e a descrição dos programas, incluindo projetos de investimento e atividades mais relevantes da gestão.

O Orçamento Municipal inclui ainda, para além dos mencionados em legislação especial, os seguintes anexos:

- a) Orçamento dos órgãos e serviços do Município com autonomia financeira;
- b) Orçamentos, quando aplicável, de outras entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo ou a presunção do controlo pelo município, de acordo com o artigo 75.º;



- c) Mapa das entidades participadas pelo Município, identificadas pelo respetivo numero de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente.

**Outros mapas legalmente exigíveis:**

- a) Mapa de Ativos e Passivos Contingentes  
b) Mapa de Entidades Participadas- Societárias e Não Societárias – A informação constante no mapa considera o valor previsto das participações a 31/12/2025;  
c) QPPO- Quadro Plurianual Orçamental - A elaboração dos orçamentos anuais é enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental e tem em conta as projeções macroeconómicas que servem de base ao Orçamento de Estado. O QPPO delimita, numa base móvel que abranja os quatro exercícios seguintes:
- Os limites para a despesa do município;
  - As projeções da receita discriminada entre as provenientes do Orçamento de Estado e as cobradas pelo município.

O classificador económico das receitas e despesas a utilizar na elaboração dos documentos previsionais é o que resulta da adaptação da classificação económica das receitas e despesas públicas constante do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, às autarquias locais.

Os classificadores orçamentais são um elemento estruturante de qualquer sistema de gestão orçamental, pois definem a forma como os orçamentos são apresentados, executados e relatados, tendo uma correlação direta com a transparência e coerência do orçamento.

Não deverão ser dotados os subagrupamentos do agrupamento 17 - Operações extraorçamentais, ao nível da despesa.

A rubrica 15 - Reposições não abatidas nos pagamentos pode ser dotada, caso à data de elaboração do orçamento for conhecida causa justificativa da sua abertura, situação da qual deve ser apresentada a devida prova em anexo ao orçamento.

Para efeitos de elaboração dos documentos previsionais não devem ser dotadas as desagregações dos capítulos 15 - Reposições não abatidas nos pagamentos, 16 - Saldo da gerência anterior e 17 - Operações extraorçamentais do classificador económico da receita.



**Fórmula de cálculo para fixação de indexante de 14,22%**

Projeção Orçamental 2025 (x/09*12)	
receita executada total a 30/09/2025	receita extrapolada total a 31/12/2025
8 578 640,02 €	11 438 186,69 €

Determinação do indexante a considerar a 31/12/2025	
previsão corrigidas 2025	orçamento final (extrapolado)
13 205 170,83	11 438 186,69 €
previsão inicial 2026	orçamento final 2026
14 314 240,77 €	13 064 856,63 €
Saldo de gerência previsional de 2025 a transitar para 2026	indexante a considerar
768 889,82 €	14,22%
previsões corrigidas pelo SG	
15 083 130,59 €	

A metodologia utilizada para a determinação do Indexante às Demonstrações Previsionais foi a seguinte:

Quanto à projeção a 31/12/2025 das demonstrações financeiras e tendo por base os valores executados a 30/09/2025, aplicou-se uma extrapolação para 31/12/2025, mediante média aritmética simples (/09 meses\*12), identificando-se assim, o valor da execução anual.

Quanto ao orçamento final para 2026, calculou-se a percentagem de execução entre as previsões corrigidas de 2025 e o orçamento final extrapolado, aplicando-o às previsões corrigidas de 2026 pelo saldo de gerência da Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional de 2025.

O indexante a considerar é calculado pela diferença percentual entre o orçamento final extrapolado e o orçamento final de 2026.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Pedro Lemos' and 'Alf.']*



### 3.1. Resumo do Orçamento

A previsão das Receitas e das Despesas para o ano de 2026 e seguintes, encontra-se traduzida no seguinte quadro, que resume a distribuição dos montantes segundo a natureza da Receita e da Despesa- Corrente e Capital.

Designação	Orçamento 2026			Plano orçamental plurianual			
	Períodos anteriores	Período	Soma	2027	2028	2029	2030
Receita corrente		9 680 541,49 €	9 680 541,49 €	9 413 818,21 €	9 508 458,03 €	9 698 628,36 €	9 892 600,46 €
Receita de capital		3 754 034,68 €	3 754 034,68 €	1 723 037,55 €	1 757 498,28 €	1 792 648,24 €	1 828 501,21 €
Receita efetiva [1]		13 434 576,17 €	13 434 576,17 €	11 136 855,76 €	11 265 956,31 €	11 491 276,60 €	11 721 101,67 €
Receita não efetiva [2]		879 664,60 €	879 664,60 €				
Receita total [3] = [1] + [2]		14 314 240,77 €	14 314 240,77 €	11 136 855,76 €	11 265 956,31 €	11 491 276,60 €	11 721 101,67 €
Despesa corrente	1 526 444,74 €	7 407 995,97 €	8 934 440,71 €	9 185 675,88 €	9 271 283,57 €	9 352 833,79 €	9 526 026,21 €
Despesa de capital	1 066 579,77 €	3 513 220,29 €	4 579 800,06 €	780 000,00 €	720 000,00 €	720 000,00 €	715 000,00 €
Despesa efetiva [4]	2 593 024,51 €	10 921 216,26 €	13 514 240,77 €	9 965 675,88 €	9 991 283,57 €	10 072 833,79 €	10 241 026,21 €
Despesa não efetiva [5]	54 236,69 €	745 763,31 €	800 000,00 €	750 000,00 €	710 000,00 €	670 000,00 €	580 000,00 €
Despesa total [6] = [4] + [5]	2 647 261,20 €	11 666 979,57 €	14 314 240,77 €	10 715 675,88 €	10 701 283,57 €	10 742 833,79 €	10 821 026,21 €
Saldo total [3] - [6]	-2 647 261,20 €	2 647 261,20 €		421 179,88 €	564 672,74 €	748 442,81 €	900 075,46 €
Saldo global [1] - [4]	-2 593 024,51 €	2 513 359,91 €	-79 664,60 €	1 171 179,88 €	1 274 672,74 €	1 418 442,81 €	1 480 075,46 €

Apresentamos um orçamento equilibrado, real e executável no decorrer de 2026 no valor de 14 milhões, trezentos e catorze mil, duzentos e quarenta euros e setenta e sete cêntimos, tanto ao nível da receita como da despesa.

O ano de 2025 começou com a eleição de Donald Trump para a presidência de uma das maiores economias do mundo, trazendo consigo incerteza na Europa e no Mundo com a aplicação de taxas e tarifas á grande generalidade dos países, na Europa, a Rússia, continua a sua agressão há Ucrânia, conduzindo a uma destabilização crescente nos países da União Europeia, no Médio Oriente, Israel e os seus países vizinhos continuam numa luta constante. Esta grande incerteza e volatilidade dos preços de consumo e aquisição de serviços, hoje, em sede de elaboração do orçamento deparamo-nos com um valor significativamente mais alto da altura de elaboração do PAM, pelo que, é importante ajustar o nível económico-financeiro da presente realidade, quer do lado da receita, quer do lado da despesa.

A atual realidade autárquica é dominada por um conjunto de desafios e constrangimentos específicos, nomeadamente, a conjuntura económica. Num momento em que os orçamentos continuam a sofrer pressões decorrentes da conjuntura económica e geopolítica internacional, que provocou o aumento generalizado dos preços e a subida das taxas de juro, e em que os municípios continuam a ter de dar resposta à tripla transição demográfica, ambiental e digital. Após a sua identificação, o exercício da elaboração do Orçamento Municipal para 2026 e das Grandes Opções do Plano para 2027- 2030 reflete todos estes fatores, condicionantes da intervenção municipal, potenciando aspetos positivos e minorando o impacto negativo.

Com efeito, os montantes previstos no PAM para 2026 constatarem desvios com o orçamentado para 2026, provocado por um aumento da despesa e da receita, devido sobretudo ao impacto das valorizações remuneratórias, da inflação e das transferências oriundas do Orçamento de Estado para 2026.

De seguida apresentamos um quadro onde podemos verificar a proposta do Orçamento Municipal para 2026 face aos montantes previsionais previstas no PAM.



Município de Freixo de Espada à Cinta  
Relatório do Orçamento Municipal para 2026

	Previsão PAM 2026	Orçamento 2026
<b>Total das receitas correntes</b>	<b>7 540 052,00 €</b>	<b>9 680 541,49 €</b>
Impostos Diretos	554 596,00 €	541 000,00 €
Impostos Indiretos	18 209,00 €	10 000,00 €
Taxas, Multas e Outras Penalidades	23 529,00 €	39 500,00 €
Rendimentos de Propriedade	280 108,00 €	285 100,00 €
Transferências Correntes	6 389 544,00 €	8 508 941,49 €
Venda de Bens e Serviços Correntes	230 418,00 €	267 000,00 €
Outras Receitas Correntes	43 648,00 €	29 000,00 €
<b>Total das receitas de capital</b>	<b>3 027 555,00 €</b>	<b>4 633 699,28 €</b>
Venda de Bens de Investimento	28 995,00 €	29 620,00 €
Transferências de Capital	1 934 523,00 €	3 724 414,68 €
Passivos Financeiros	1 061 404,00 €	879 664,60 €
Reposições não abatidas nos pagamentos	2 633,00 €	- €
<b>Total das receitas</b>	<b>10 567 607,00 €</b>	<b>14 314 240,77 €</b>
<b>Total das despesas correntes</b>	<b>8 637 869,50 €</b>	<b>8 934 440,71 €</b>
Despesa com pessoal	3 649 095,50 €	4 282 400,00 €
Aquisição de bens e serviços	3 383 828,00 €	3 840 340,71 €
Juros e outros encargos	168 167,00 €	135 100,00 €
Transferências correntes	349 468,00 €	645 000,00 €
Subsídios	- €	100,00 €
Outras despesas correntes	1 087 311,00 €	31 500,00 €
<b>Total das despesas de capital</b>	<b>1 610 344,00 €</b>	<b>5 379 800,06 €</b>
Aquisição de bens de capital	730 470,00 €	4 504 800,06 €
Transferências de capital	- €	75 000,00 €
Passivos Financeiros	879 874,00 €	800 000,00 €
<b>Total das despesas</b>	<b>10 248 213,50 €</b>	<b>14 314 240,77 €</b>
<b>SALDO CORRENTE (receita corrente - despesas corrente)</b>	<b>1 097 817,50 €</b>	<b>746 100,78 €</b>




### 3.2. Demonstração Orçamental Previsional da Receita

As receitas são classificadas, orçamentalmente, e segundo a ótica económica, por receitas correntes, receitas de capital e outras receitas.

De acordo com o SNC-AP as receitas correntes recaem sobre o património não perdurável da entidade, resultam de ganhos do período orçamental e esgotam-se no período de um ano. São aquelas que, regra geral, se renovam em todos os períodos de relato. Assim, receitas correntes podem ser rendimentos de propriedade, como sejam juros e rendas, vendas de bens e serviços correntes com reduções no património não duradouro.

O mesmo normativo refere que são receitas de capital as que alteram o património duradouro da entidade, ou seja, são receitas cobradas ocasionalmente, isto é, que se revestem de carácter transitório e que, regra geral, estão associadas a uma diminuição do património duradouro ou ao aumento dos ativos e passivos de médio/longo prazos. São exemplos de receitas de capital as que resultam de financiamentos, da venda de imóveis e de empréstimos.

#### Critérios de avaliação das Receitas

No cálculo das receitas correntes, as importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas, foram calculadas segundo a média aritmética simples dos últimos 24 meses. O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, diploma que aprovou o SNC-AP, não prevê regras ou disposições específicas para a elaboração do orçamento. Não obstante, o supracitado Decreto-Lei dispõe, no seu artigo 17.º, que é excluído da revogação do POCAL o ponto 3.3, relativo às regras previsionais, pelo que as mesmas se mantêm em vigor.

As restantes receitas correntes foram calculadas através do método da avaliação direta, partindo-se da verba prevista nos orçamentos para os anos anteriores e das receitas efetivamente arrecadadas.

- A receita corrente, designadamente a relativa aos impostos, taxas e tarifas, encontra-se estimada com base na média das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da elaboração do orçamento (outubro/2023 a setembro/2025), de acordo com a alínea a) do Ponto 3.3.1 do POCAL, alterado pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002;
- Referente às transferências provenientes do Orçamento de Estado, os montantes relativos às importâncias a receber pelo Município foram os considerados na Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.ª;
- Para o orçamento da receita enquadrada num plano plurianual 2027-2030, foi aplicado no valor aferido para o ano de 2026 uma taxa de inflação de 2,4%. Para os anos de 2027 a 2030, as previsões projetam para uma redução da taxa de inflação, pelo que, achamos por bem fixar uma taxa de inflação de 2,0% para os próximos anos;
- As importâncias relativas às transferências correntes e de capital que se trata de participações comunitárias nos projetos cofinanciados dizem respeito a projetos aprovados pelas entidades financiadoras. Com o orçamento da receita e em termos de fontes de financiamento, procura-se garantir uma boa execução dos investimentos, recorrendo a financiamentos de fundos comunitários e a receitas próprias;
- Os municípios não podem, na elaboração dos documentos previsionais para 2026, orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos 36

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Caro', 'Beato', 'H', 'Almeida', 'João', and 'Pedro Gomes']*



Município de Freixo de Espada à Cinta  
Relatório do Orçamento Municipal para 2026

meses que precedem o mês da sua elaboração, de acordo com o n.º1 do artigo 138.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, na sua atual redação.

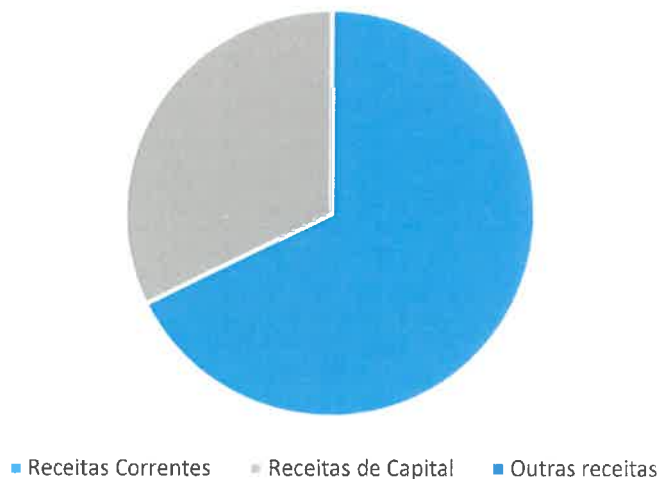
No que se refere à receita prevista, no presente orçamento, importa agora analisar detalhadamente.

A receita total inscrita na proposta do Orçamento Municipal para 2026 do Município de Freixo de Espada à Cinta, no montante de 14.314.240,77€. Desta, 67,63% são receitas correntes, 32,37% são receitas de capital, tal como se pode verificar no quadro e gráfico infra.

Receita Prevista	2026	%
Receitas Correntes	9 680 541,49 €	67,63%
Receitas de Capital	4 633 699,28 €	32,37%
Outras receitas	- €	0,00%
<b>Total</b>	<b>14 314 240,77 €</b>	<b>100,00%</b>

*[Handwritten signatures in blue ink]*

Receita Total estimada para 2026



De acordo com as regras previsionais referidas no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, anteriormente citadas, estimaram-se os valores previsionais para 2026, exposto no quadro abaixo.



Município de Freixo de Espada à Cinta  
Relatório do Orçamento Municipal para 2026

RECEITA	Previsão PAM 2026	Receita Orçamentada para 2026	% da Receita Orçamentada para 2026
01- Impostos Diretos	554 596,00 €	541 000,00 €	3,78%
02- Impostos Indiretos	18 209,00 €	10 000,00 €	0,07%
04- Taxas, Multas e Outras Penalidades	23 529,00 €	39 500,00 €	0,28%
05- Rendimentos de Propriedade	280 108,00 €	285 100,00 €	1,99%
06- Transferências Correntes	6 389 544,00 €	8 508 941,49 €	59,44%
07- Venda de Bens e Serviços Correntes	230 418,00 €	267 000,00 €	1,87%
08- Outras Receitas Correntes	43 648,00 €	29 000,00 €	0,20%
<b>Total Receitas Correntes</b>	<b>7 540 052,00 €</b>	<b>9 680 541,49 €</b>	<b>67,63%</b>
09- Venda de Bens de Investimento	28 995,00 €	29 620,00 €	0,21%
10- Transferências de Capital	1 934 523,00 €	3 724 414,68 €	26,02%
12- Passivos Financeiros	1 061 404,00 €	879 664,60 €	6,15%
15- Reposições não abatidas nos pagamentos	2 633,00 €	- €	0,00%
<b>Total Receitas de Capital</b>	<b>3 027 555,00 €</b>	<b>4 633 699,28 €</b>	<b>32,37%</b>
<b>Outras Receitas</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>0,00%</b>
<b>Total das Receitas</b>	<b>10 567 607,00 €</b>	<b>14 314 240,77 €</b>	<b>100,00%</b>

*[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin of the table]*

Pela sua expressão financeira, no conjunto das receitas do Município de Freixo de Espada à Cinta, merecem especial relevo: as transferências correntes (67,63%) e as transferências de capital (32,37%).

No que concerne às receitas correntes, pode verificar-se, no quadro seguinte, que as transferências correntes, compõem as principais fontes de financiamento, representando cerca de 88% do total da receita corrente.

RECEITAS CORRENTES	Previsão PAM 2026	Receita Corrente Orçamentada para 2026	% da Receita Corrente Orçamentada para 2026
01- Impostos Diretos	554 596,00 €	551 000,00 €	5,59%
02- Impostos Indiretos	18 209,00 €	10 000,00 €	0,10%
04- Taxas, Multas e Outras Penalidades	23 529,00 €	39 500,00 €	0,41%
05- Rendimentos de Propriedade	280 108,00 €	285 100,00 €	2,95%
06- Transferências Correntes	6 389 544,00 €	8 498 941,49 €	87,90%
07- Venda de Bens e Serviços Correntes	230 418,00 €	267 000,00 €	2,76%
08- Outras Receitas Correntes	43 648,00 €	29 000,00 €	0,30%
<b>Total Receitas Correntes</b>	<b>7 540 052,00 €</b>	<b>9 680 541,49 €</b>	<b>100,00%</b>



Relativamente à receita proveniente de **rendimentos de propriedade**, 285.100,00 €, respeitam maioritariamente à renda da concessão com a EDP.

As **transferências correntes** totalizam os 8.508.941,49 €, ou seja, cerca de 88% do total da receita corrente, previsto este recebimento oriundo das transferências do OE pelo Município de Freixo de Espada à Cinta para 2026 e projetos cofinanciados correntes aprovados, nomeadamente CLDS, Radar Social e PIPSE.

No que diz respeito à receita oriunda da **venda de bens e serviços correntes**, 267.000,00 €, dizem respeito aos montantes previstos dos contratos de arrendamento, aluguer esporádico de espaços ou equipamentos municipais, bem como o serviço prestado relativo à recolha, depósito e tratamento dos Resíduos Sólidos e Urbanos, cobrado pela AdIN e posteriormente entregues ao município; às rendas provenientes do arrendamento de casas e outros edifícios para fins habitacionais, destacando-se a receita proveniente das rendas de Habitação Social, serviços desportivos, turísticos e culturais.

No capítulo de **outras receitas correntes** encontram-se domiciliadas verbas previstas a arrecadar com receita não tipificadas em artigos próprios do agrupamento, nomeadamente indemnizações, eventual recuperação de IVA e outras.

Os orçamentos municipais devem ser elaborados com rigor e prudência e o cálculo das receitas deve ser calculado em conformidade com as regras previsionais previstas no POCAL. A receita estimada para 2026 encontra-se refletida no quadro infra.

Designação	Previsão PAM 2026	Receita Tributária Orçamentada para 2026	% da Receita Tributária Orçamentada para 2026
01- Impostos Diretos	554 596,00 €	541 000,00 €	91,62%
02- Impostos Indiretos	18 209,00 €	10 000,00 €	1,69%
04- Taxas, Multas e Outras Penalidades	23 529,00 €	39 500,00 €	6,69%
<b>Total</b>	<b>596 334,00 €</b>	<b>590 500,00 €</b>	<b>100,00%</b>

Como se observa no quadro, os impostos diretos representam 91,62% do total das receitas fiscais, constituindo a principal fonte de receita fiscal. Enquanto as taxas, multas e outras penalidades, representam cerca de 6,69% e os impostos indiretos 1,69%.

A Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.ª inclui as verbas necessárias à concretização das transferências previstas na Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação, e patenteadas no MAPA 12- Transferências para os municípios participação dos municípios nos impostos do Estado.

A participação do Município de Freixo de Espada à Cinta, nos impostos do Estado e em outras receitas correntes oriundas da Administração Central, referentes às transferências correntes, são valores estimados representados no quadro abaixo:

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Ferreira', 'Doutor', 'João', and 'Zé do Lúcio']*



Transferências Correntes oriundas da Administração Central	Previsão PAM 2026	Orçamentada para 2026	% Orçamentada para 2026
06.03.01.01- Fundo de Equilíbrio Financeiro	5 300 979,00 €	5 199 046,00 €	68,94%
06.03.01.02- Fundo Social Municipal	66 781,00 €	74 312,00 €	0,99%
06.03.01.03- Participação no IRS	73 492,00 €	96 115,00 €	1,27%
06.03.01.06- Transferências de Competências	774 398,00 €	830 877,00 €	11,02%
06.03.01.07- Participação no IVA		72 755,00 €	0,96%
06.03.01.08- n.º3, art. 35º, Lei n.º 73/2013		1 083 160,50 €	14,36%
06.03.01.09- Imt Jovem – Compensação DL 48-A/2024		10 000,00 €	0,13%
06.03.01.99- Outras	173 894,00 €	175 000,00 €	2,32%
Total Transferências Correntes oriundas da Administração Central	6 389 544,00 €	7 541 265,50 €	100,00%

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Ferreira', 'Beato', 'Ade', 'Tom', and 'Pedro Lemos']*

As principais componentes destas transferências são: o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), o n.º3, art. 35º, Lei n.º 73/2013, na sua atual redação, e as Transferências de Competências.

O capítulo I- Finanças Locais o número 11, do artigo 84º, da Proposta de Lei nº 37/XVII/1ª, prevê que *“Excepcionalmente, o montante distribuído para efeitos do n.º 4 do artigo 35.º da Lei 73/2023, de 3 de setembro, na sua redação atual, assume em 50 % a natureza de transferência de capital”*. A norma já consagrada no orçamento anterior prevê que uma parte do “excedente” assume a natureza de transferência corrente.

Foi também considerada a receita decorrente do previsto no artigo 25º, nº1, alínea d) da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação – *“participação de 7,5% na receita do IVA cobrado nos setores do alojamento, restauração, comunicações, eletricidade, água e gás”*. No artigo seguinte da mesma Lei prevê que, esta receita deverá ser *“distribuída pelos municípios proporcionalmente, determinada por referência ao IVA liquidado na respetiva circunscrição territorial, relativamente às referidas atividades”*.

As verbas necessárias ao financiamento das competências descentralizadas para os municípios do território continental, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, e do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua redação atual constam do mapa 12 anexo da Proposta de Lei nº 37/XVII/1ª, são asseguradas pela Descentralização de Competências da Educação e da Ação Social.



Município de Freixo de Espada à Cinta  
Relatório do Orçamento Municipal para 2026

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	Previsão PAM 2026	Transferências Correntes Orçamentada para 2026	% de Transferências Correntes Orçamentada para 2026
06- Transferências Correntes	6 389 544,00 €	8 508 941,49 €	99,88%
06.03- Administração Central	6 389 544,00 €	8 496 941,49 €	99,74%
06.03.01- Estado	6 389 544,00 €	7 541 265,50 €	88,51%
06.03.01.01- Fundo de Equilíbrio Financeiro	5 300 979,00 €	5 199 046,00 €	61,10%
06.03.01.02- Fundo Social Municipal	66 781,00 €	74 312,00 €	0,87%
06.03.01.03- Participação no IRS	73 492,00 €	96 115,00 €	1,13%
06.03.01.06- Transferências de Competências	774 398,00 €	830 877,00 €	9,76%
06.03.01.07- Participação no IVA		72 755,00 €	0,86%
06.03.01.08- n.º3, art. 35º, Lei n.º 73/2013		1 083 160,50 €	12,73%
06.03.01.09- IMT JOVEM – COMPENSAÇÃO DL 48-A/2024		10 000,00 €	
06.03.01.99- Outras	173 894,00 €	175 000,00 €	2,06%
06.03.06- Estado- Participação Comunitária em Projetos cofinanciados	- €	940 675,99 €	11,06%
06.03.06.08- Norte 20-30	- €	421 762,90 €	4,96%
06.03.06.10- POISE	- €	1 000,00 €	0,01%
06.03.06.13- PRR	- €	517 913,09 €	6,09%
06.03.07- Serviços e Fundos Autónomos	- €	10 000,00 €	0,12%
06.03.09- Serviços e Fundos Autónomos- Subsistema de Proteção	- €	5 000,00 €	0,06%
06.06- Segurança Social	- €	11 000,00 €	0,13%
06.06.01- Sistemas de Solidariedade e Segurança Social	- €	10 000,00 €	0,12%
06.06.04- Outras Transferências	- €	1 000,00 €	0,01%
06.09- Resto do Mundo	- €	1 000,00 €	0,01%
06.09.04- União Europeia- Países Membros	- €	1 000,00 €	0,01%

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like Rui, Paulo, and others.]*



A título de natureza corrente, encontram-se previstas receitas da participação comunitária em projetos cofinanciados, designadamente:

- Radar Social;
- CLDS- Contratos Locais de Desenvolvimento Social;
- PIPSE- Programas Intermunicipais de Promoção do Sucesso Escolar;
- Digitalização da Administração Pública Local

Neste capítulo foram também previstas receitas provenientes de programas promovidos pelo IEFP, apoio ao Funcionamento da Equipa de Sapadores Florestais, registo de cadastro de Terrenos Rústicos, protocolo de colaboração celebrado com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco bem como promoção da Saúde e Prevenção da Doença.

No que concerne às **receitas de capital**, as transferências de capital são as que assumem maior peso, ascendendo 81% do total das receitas de capital. Este valor em grande medida é justificado pelas transferências do Orçamento de Estado para 2026 e pela obtenção de fundos comunitários, resultante de candidaturas.

RECEITAS DE CAPITAL	Previsão PAM 2026	Receita de Capital Orçamentada para 2026	% de Receita de Orçamentada para 2026
09- Venda de Bens de Investimento	28 995,00 €	29 620,00 €	0,64%
10- Transferências de Capital	1 934 523,00 €	3 724 414,68 €	80,38%
12- Passivos Financeiros	1 061 404,00 €	879 664,60 €	18,98%
15- Reposições não abatidas nos pagamentos	2 633,00 €	- €	0,00%
<b>Total Receitas Capital</b>	<b>3 027 555,00 €</b>	<b>4 633 699,28 €</b>	<b>100,00%</b>

No agrupamento passivos financeiros, e de acordo com o plano financeiro do Fundo de Apoio Municipal, podem vir a ser utilizados no decorrer de 2026 o montante de 879.664,60€ que diz respeito a processos judiciais em curso.

Referente às **transferências de capital**, o Município de Freixo de Espada à Cinta prevê arrecadar 44,65% de receitas de capital oriundas do Orçamento de Estado como é demonstrado no quadro abaixo.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	Previsão PAM 2026	Transferências de Capital Orçamentada para 2026	% de Transferências Orçamentada para 2026
10- Transferências de Capital	1 934 523,00 €	3 724 414,68 €	100,00%
10.03- Administração Central	1 934 523,00 €	3 724 414,68 €	100,00%
10.03.01- Estado	1 270 185,00 €	1 662 832,50 €	44,65%
10.03.01.01- Fundo de Equilíbrio Financeiro	588 998,00 €	577 672,00 €	15,51%



Município de Freixo de Espada à Cinta  
Relatório do Orçamento Municipal para 2026

10.03.01.04- Cooperação Técnica e Financeira	- €	1 000,00 €	0,03%
10.03.01.05- n.º3 do art.º 35 da Lei n.º 73/2013	680 092,00 €	1 083 160,50 €	29,08%
10.03.01.99- Outras	1 095,00 €	1 000,00 €	0,03%
<b>10.03.07- Estado- Participação Comunitária em Projetos cofinanciados</b>	<b>664 338,00 €</b>	<b>2 061 582,18 €</b>	<b>55,35%</b>
10.03.07.19- NORTE 20-30		1 126 281,99 €	30,24%
10.03.07.23- PRR		935 300,19 €	25,11%
<b>Total Transferências de Capital</b>	<b>1 934 523,00 €</b>	<b>3 724 414,68 €</b>	<b>99,97%</b>

Com proveniência do estado podemos encontrar o valor de natureza de capital do Fundo de Equilíbrio Financeiro e a metade correspondente ao n.º3 do artigo 35º da Lei nº73/2013 inscritos no mapa 12 do Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2026.

Do valor global das transferências de capital, 55,35% são provenientes das comparticipações de projetos cofinanciados, designadamente no âmbito do Norte 20-30 com candidaturas já aprovadas e em execução:

- Requalificação do Campo Desportivo do Jardim da Seda de Freixo de Espada À Cinta;
- Reabilitação energética do Edifício dos Paços do Concelho de Freixo de Espada À Cinta;
- Reabilitação energética do Edifício da Biblioteca Municipal de Freixo de Espada À Cinta;
- Requalificação de espaços Públicos da Vila;
- Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação do espaço público.

Quanto ao PRR (Programa de Recuperação e Resiliência) com o projeto já aprovado e em execução do 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação no valor remanescente a receber de 935.300,19€.



### 3.3. Demonstração Orçamental Previsional Despesa

No que respeita à previsão da despesa, foram tidas em conta as normas e especificidades técnicas previstas no POCAL, ainda em vigor por remissão do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Assim, a Autarquia deverá inscrever em sede de orçamento, as despesas consideradas obrigatórias, bem como os compromissos assumidos, entre eles:

- Despesas assumidas e não pagas nos anos anteriores;
- Despesas de funcionamento de caráter permanente;
- Encargos da dívida;
- Obrigações inerentes dos contratos em execução;
- Remunerações certas do pessoal;
- Outras obrigações decorrentes da Lei.

NCP 26 no ponto 3 define o conceito de despesa corrente distinguindo-o da natureza de despesas de capital. As despesas correntes são despesas efetivas que assumem um caráter regular e correspondem à aquisição de serviços e bens a consumir no período orçamental, podendo abranger, pela sua irrelevância material, bens de equipamento. As despesas de capital são despesas efetivas que alteram o património duradouro da entidade, assumem um caráter pontual e contribuem para a formação bruta de capital fixo e para o bem-estar coletivo, como por exemplo quaisquer investimentos.

A previsão da despesa orçamental iniciou-se pela aferição das obrigações legais, dos compromissos assumidos para anos seguintes e das obrigações assumidas durante o ano de 2025 e que irão transitar para a gerência 2026, sob a forma de contratos de aquisições de bens e serviços, de empreitadas de obras em execução, bem como pelo apuramento das despesas obrigatórias e permanentes, entre elas estão as despesas com o pessoal, as despesas de funcionamento (comunicações, energia, água, combustíveis, seguros, etc.) e com a satisfação do serviço da dívida (amortizações e juros).

Para execução do orçamento de despesa torna-se necessário o cumprimento de um conjunto de princípios e normas, entre eles, a legalidade da despesa/conformidade legal no que respeita à natureza do encargo a incorrer; a legalidade do fato gerador da obrigação (por exemplo, o cumprimento do código da contratação pública); a regularidade financeira; a economia, eficiência e eficácia da despesa. Esta disciplina orçamental foi reforçada com a publicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, que contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da LCPA e à operacionalização da prestação de informação nela prevista, que colocaram o enfoque do ciclo orçamental na verificação de capacidade financeira (existência fundos disponíveis) para a assunção e realização de compromissos. A ausência de capacidade financeira para pagar no curto prazo é impedimento para incorrer compromissos, assim como a ausência de registo contabilístico prévio do compromisso é impedimento ao registo da obrigação de pagar.

Os valores da despesa para 2026, refletem as obrigações que transitam para esta gerência, sob a forma de contratos de empreitadas e serviços diversos, a que acrescem, naturalmente, as despesas obrigatórias, como por exemplo, as despesas com pessoal e a satisfação do serviço da dívida, bem como, as opções estrategicamente relevantes consubstanciadas no elenco das ações das GOP.



As despesas que cobram as necessidades de funcionamento desta autarquia no decorrer de 2026, foram estimadas tendo em consideração a média da execução dos últimos 24 meses acrescida da inflação de preços ao consumidor (IPC), variação média dos últimos doze meses no valor de 2,4%, dados retirados do Índice de Preços no consumidor referentes a setembro de 2025 do Instituto Nacional de Estatística. As previsões indicam uma tendência de diminuição gradual da inflação em Portugal, com a previsão do Banco de Portugal a apontar para uma estabilização em cerca de 2,0% a partir de 2027, pelo que, achamos por bem fixar uma taxa de inflação de 2,0% para os anos de 2027, 2028, 2029 e 2030.

As rubricas da despesa referente aos juros do serviço da dívida dos empréstimos de médio e longo prazo e as amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo foram dotadas com os valores constantes dos Planos de Encargos apresentados pelas respetivas instituições bancárias e pelo Fundo de Apoio Municipal, aquando da contratualização de cada empréstimo, sem prejuízo de eventuais oscilações futuras que venham a ocorrer no mercado financeiro.

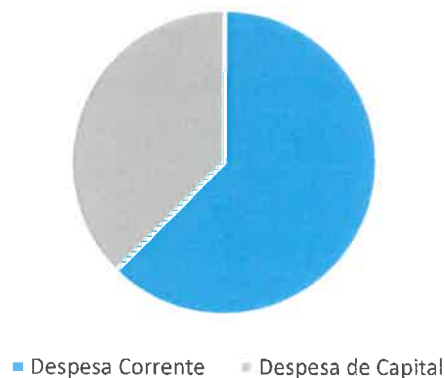
No Plano Plurianual de Investimentos, nas ações para as quais se prevê a sua conclusão em períodos próximos, colocou-se o valor conhecido em função da expectativa face ao horizonte temporal da respetiva execução física.

O orçamento da despesa proposto para o ano de 2026 totaliza o montante de 14.314.240,77€, sendo que 8.934.440,71€ correspondem a despesas correntes e 5.379.800,06€ correspondem a despesas de capital, conforme se verifica no quadro abaixo.

Despesa Prevista	2026	%
Despesa Corrente	8 934 440,71 €	62,42%
Despesa de Capital	5 379 800,06 €	37,58%
<b>Total</b>	<b>14 314 240,77 €</b>	<b>100,00%</b>

As despesas correntes previstas totalizam 62,42%, sendo que as despesas de capital correspondem a 37,58% do valor total da despesa.

Despesa Total prevista para 2026



Relativamente às despesas, as mesmas são distribuídas em função da classificação económica, conforme o quadro abaixo.

*[Handwritten signatures and notes in blue ink]*



Município de Freixo de Espada à Cinta  
Relatório do Orçamento Municipal para 2026

DESPESA	Previsão PAM 2026	Despesa Orçamentada para 2026	% da Despesa Orçamentada para 2026
01- Despesa com pessoal	3 649 095,50 €	4 282 400,00 €	29,92%
02- Aquisição de bens e serviços	3 383 828,00 €	3 840 340,71 €	26,83%
03- Juros e outros encargos	168 167,00 €	135 100,00 €	0,94%
04- Transferências correntes	349 468,00 €	645 000,00 €	4,51%
05- Subsídios	- €	100,00 €	0,00%
06- Outras despesas correntes	1 087 311,00 €	31 500,00 €	0,22%
<b>Despesas correntes</b>	<b>8 637 869,50 €</b>	<b>8 934 440,71 €</b>	<b>62,42%</b>
07- Aquisição de bens de capital	730 470,00 €	4 504 800,06 €	31,47%
08- Transferências de capital	- €	75 000,00 €	0,52%
10- Passivos Financeiros	879 874,00 €	800 000,00 €	5,59%
<b>Despesas de capital</b>	<b>1 610 344,00 €</b>	<b>5 379 800,06 €</b>	<b>37,58%</b>
<b>Total das despesas</b>	<b>10 248 213,50 €</b>	<b>14 314 240,77 €</b>	<b>100,00%</b>

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Carin', 'Beata', 'Abel', 'Sara', and 'R. do Lume']*

No que diz respeito à composição das **despesas correntes**, o destaque vai para as rubricas, aquisição de bens e serviços e para as despesas com pessoal sendo estas as que absorvem a maior parte do orçamento para 2026, no domínio das despesas correntes. O Município de Freixo de Espada à Cinta, é um Município muito dependente das transferências do Orçamento de Estado que, na conjuntura atual de preços e valorizações remuneratórias, depara-se com a despesa corrente a aumentar face ao previsto no PAM para 2026.

Designação	Previsão PAM 2026	Despesa Corrente Orçamentada para 2026	% da Despesa Corrente Orçamentada para 2026
01- Despesa com pessoal	3 649 095,50 €	4 282 400,00 €	47,93%
02- Aquisição de bens e serviços	3 383 828,00 €	3 840 340,71 €	42,98%
03- Juros e outros encargos	168 167,00 €	135 100,00 €	1,51%
04- Transferências correntes	349 468,00 €	645 000,00 €	7,22%
05- Subsídios	- €	100,00 €	0,00%
06- Outras despesas correntes	1 087 311,00 €	31 500,00 €	0,35%
<b>Total das despesas correntes</b>	<b>8 637 869,50 €</b>	<b>8 934 440,71 €</b>	<b>100,00%</b>

No agrupamento das **despesas com pessoal** encontra-se a previsão de todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que requeiram



processamento individualizado e que sejam satisfeitos pela autarquia, de forma transitória ou permanente.

Também é neste agrupamento que se encontram as contribuições que o município suporta, como entidade patronal, com a Segurança Social ou Caixa Geral de Aposentações, relativa aos seus colaboradores.

Para além dos gastos com pessoal dos trabalhadores ao serviço do município, encontram-se também previstos os montantes com as remunerações do pessoal não docente do Agrupamento de escola do Concelho, no âmbito do processo de transferência de competências no domínio da educação, incluindo os encargos com 23,75% da segurança social.

Na despesa com remunerações verifica-se um aumento dos encargos resultantes das alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, isto é, relativa ao acréscimo remuneratório dos trabalhadores que em 2025 acumularam 10 pontos nas avaliações de desempenho e que alteraram a sua posição remuneratória, conforme decorre do artigo 156.º, n.º 7 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e, ainda, os trabalhadores abrangidos pelo disposto no Decreto-Lei n.º 75/2023, de 29 de agosto, ou seja, os que detenham 6 pontos e, cumulativamente:

- detenham 18 ou mais anos de exercício de funções integrados em carreira ou carreiras;
- tenham exercido funções nos períodos compreendidos entre 30 de agosto de 2005 e 31 de dezembro de 2007 e 01 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2017;
- estejam sujeitos a alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório resultantes de pontos acumulados nas suas avaliações do desempenho.

Foi considerada a proposta salarial apresentada pelo Governo em sede do programa de valorização remuneratória da Administração Pública, de acordo com o diploma de valorização das carreiras e remunerações na Administração Pública, aprovado pelo Conselho de Ministros. A proposta salarial apresentada pelo Governo na Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.ª onde se prevê aumentos de cerca de 56,58 euros, e um mínimo de 2,15% para vencimentos brutos mensais acima de 2.631,62 euros e, aumento do salário mínimo para 920,00€ em 2026. Estas valorizações salariais dos funcionários públicos, têm um impacto pesado, sobretudo nos municípios mais dependentes das transferências do Orçamento do Estado.

Descrição	2024	2025	Prevista PAM 2026	Despesa com Pessoal Orçamentada para 2026	Tx Crescimento 2024/2025	Tx Crescimento 2025/2026
DESPESAS COM O PESSOAL	4 069 642,00 €	4 115 900,00 €	3 649 095,50 €	4 282 400,00 €	1,14%	4,05%
REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	3 076 473,00 €	3 196 800,00 €	2 743 569,00 €	3 329 300,00 €	3,91%	4,14%
ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	65 148,00 €	79 100,00 €	63 024,50 €	92 000,00 €	21,42%	16,31%
SEGURANÇA SOCIAL	928 021,00 €	840 000,00 €	842 502,00 €	861 100,00 €	-9,48%	2,51%

No que concerne ao agrupamento da **aquisição de bens e serviços** estão contempladas despesas com a aquisição de bens de consumo (duráveis ou não) a que não possa reconhecer-se a natureza de despesa de capital, quer ainda, com a aquisição de serviços. Estas dizem respeito a despesas com a aquisição de bens e serviços a terceiros por parte da autarquia, acolhendo, designadamente, as despesas correspondentes a encargos com instalações, conservação de bens, comunicações, combustíveis, energia, água, representação municipal, seguros, estudos e consultadoria e encargos da cobrança de receitas, prestações de serviços, transportes e refeições escolares.



Para o cálculo da previsão efetuada foram considerados todos os contratos de fornecimentos e/ou serviços de execução continua, em curso ou a celebrar, respeitando os respetivos cronogramas financeiros, bem como todas as despesas obrigações que previsivelmente irão transitar de ano.

Também foram respeitados os cabimentos autorizados e os compromissos assumidos a transitar.

No caso das aquisições de bens e serviços, o aumento referido, para além de refletir o efeito da inflação, encontra-se também influenciado pela despesa relacionada com a descentralização de competências. Ao contrário do que ocorre com a receita, a classificação económica da despesa não permite identificar especificamente as despesas financiadas pelas transferências efetuadas ao abrigo do Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD). Assim, é importante referir que, parte dos montantes inscritos na despesa inclui, também, despesas relacionadas com a Ação Social e despesas com o Agrupamento de Escolas Guerra Junqueiro, como por exemplo, gastos relacionados com eletricidade, gás, telecomunicações, material de higiene e limpeza, material de secretaria, alimentos para confeccionar as refeições dos alunos, transportes escolares para deslocação dos alunos das freguesias e seguros do edifício.

No agrupamento das **transferências correntes** encontram-se previstas todas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesa corrente, sem que tal implique, por parte das entidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com o município.

Nesta rubrica encontram-se previstos os encargos destinados a:

- Apoios a Juntas de Freguesia;
- Apoio a instituições sem fins lucrativos (associações culturais, sociais, desportivas,...);
- Apoio ao Bombeiros Voluntários de Freixo de Espada à Cinta;
- Tarifa Social na Água e saneamento;
- Apoio para os transportes escolares do ensino secundário e superior;
- Atribuição de Bolsas de Estudo;
- Participação na aquisição de medicamentos para famílias carenciadas;
- Apoio financeiro à Natalidade para aquisição do enxoval;
- Apoios aos Agricultores;

Referentemente ao agrupamento **Juros e Outros Encargos** são previstos os montantes a pagar dos juros decorrentes de empréstimos, levando em conta o mapa de encargos da dívida apresentado pelas respetivas instituições bancárias.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top, a signature below it, and a signature at the bottom that appears to read 'Palo Lino']*



Município de Freixo de Espada à Cinta  
Relatório do Orçamento Municipal para 2026

Quanto às **despesas de capital** prevista para 2026, a aquisição de bens de capital representa 83,74% e os passivos financeiros representam 14,87%.

Designação	Previsão PAM 2026	Despesa de Capital Orçamentada para 2026	% da Despesa de Capital Orçamentada para 2026
07- Aquisição de bens de capital	730 470,00 €	4 504 800,06 €	83,74%
08- Transferências de capital	- €	75 000,00 €	1,39%
10- Passivos Financeiros	879 874,00 €	800 000,00 €	14,87%
<b>Total das despesas de capital</b>	<b>1 610 344,00 €</b>	<b>5 379 800,06 €</b>	<b>100,00%</b>

Foram tidos em conta os compromissos que se encontravam por pagar à data de 30 de setembro de 2025, para a elaboração do orçamento da despesa de 2026, como apresenta o quadro abaixo:

DESPESA	Previsão PAM 2026	Compromissos por pagar a 30/09/2025	Orçamento 2026	Saldo Orçamental Disponível 2026
01- Despesa com pessoal	3 649 095,50 €	407 966,43 €	4 282 400,00 €	3 874 433,57 €
02- Aquisição de bens e serviços	3 383 828,00 €	1 028 855,36 €	3 840 340,71 €	2 811 485,35 €
03- Juros e outros encargos	168 167,00 €	15 900,11 €	135 100,00 €	119 199,89 €
04- Transferências correntes	349 468,00 €	73 609,07 €	645 000,00 €	571 390,93 €
05- Subsídios	- €	- €	100,00 €	100,00 €
06- Outras despesas correntes	1 087 311,00 €	113,77 €	31 500,00 €	31 386,23 €
<b>Total das despesas correntes</b>	<b>8 637 869,50 €</b>	<b>1 526 444,74 €</b>	<b>8 934 440,71 €</b>	<b>7 407 995,97 €</b>
07- Aquisição de bens de capital	730 470,00 €	1 066 579,77 €	4 504 800,06 €	3 438 220,29 €
08- Transferências de capital	- €	- €	75 000,00 €	75 000,00 €
10- Passivos Financeiros	879 874,00 €	54 236,69 €	800 000,00 €	745 763,31 €
<b>Total das despesas de capital</b>	<b>1 610 344,00 €</b>	<b>1 120 816,46 €</b>	<b>5 379 800,06 €</b>	<b>4 258 983,60 €</b>
<b>Total das despesas</b>	<b>10 248 213,50 €</b>	<b>2 647 261,20 €</b>	<b>14 314 240,77 €</b>	<b>11 666 979,57 €</b>



Importa referir que toda a despesa e montantes previstos e classificados no agrupamento **07-Aquisição de Bens de Capital**, se encontram explanados nas ações do PPI mediante a classificação atribuída.

No agrupamento de **Transferências de Capital**, encontram-se previstas as participações destinadas ao financiamento de despesas de investimento de instituições, Juntas de Freguesia e outras entidades.

O agrupamento dos **Passivos Financeiros** corresponde às operações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazo, que envolvam pagamentos decorrentes das amortizações de empréstimos, contratualizados pelo município e destinados ao financiamento de projetos de investimento, e operações de substituição de dívida contratualizados ao abrigo da Lei 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação.

A previsão relativa aos compromissos a transitar, de anos anteriores, situa-se, à data da elaboração, nos 2.647.261,20€, limitando, portanto, os saldos disponíveis nas dotações do Orçamento a implementar em 2026. Não obstante, até final do ano é expetável que este valor reduza significativamente.

*[Handwritten signatures in blue ink]*



### 3.4. Grandes Opções de Plano (GOP)

No que respeita às Grandes Opções do Plano (GOP), a proposta para o ano de 2026, apresenta um valor global de 7.334.800,06€. O GOP é composto pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e pelo Plano de Atividades Municipal (PAM), cuja divisão se apresenta no quadro infra.

Grandes Opções do Plano 2026		
Plano	Valor	%
Plano Plurianual de Investimentos - PPI	5 304 800,06 €	72,32%
Plano de Atividades Municipal - PAM	2 030 000,00 €	27,68%
<b>Total</b>	<b>7 334 800,06 €</b>	<b>100%</b>

As GOP integram a estrutura do planeamento económico e social local e fundamentam a orientação estratégica da política de desenvolvimento económico e social.

Assim, as GOP tornam-se um importante instrumento de gestão considerando o quadro de intervenção municipal, onde estão elencados os objetivos e intervenções estratégicas da autarquia para o ano de 2026, bem como as intervenções setoriais a desenvolver. Neste sentido, as GOP para 2026 definem as linhas de desenvolvimento estratégico da Autarquia, na medida em que:

- Hierarquiza as necessidades do Município e fixa prioridades de atuação em função dos recursos disponíveis;
- Discrimina os projetos e ações a desenvolver no âmbito de atuação do Município e na perspetiva da concretização dos objetivos traçados;
- Identifica as dotações orçamentais que asseguram o financiamento das ações previstas;
- Permite a criação de um sistema de acompanhamento e controlo da atividade económica do Município.

#### Plano Plurianual de Investimentos

O PPI define todos os projetos e ações que o Município prevê realizar no âmbito dos objetivos estratégicos traçados, explanando a respetiva previsão da despesa, em matéria de investimento.

Assim, tendo em conta a previsão das receitas próprias globais, transferências da Administração Central e Fundos Comunitários, foi elaborado as Grandes Opções do Plano (GOP), nomeadamente o PPI, no qual se definem as necessidades de conclusão de investimentos, que passa pela execução de obras adjudicadas e pelo lançamento de novos investimentos.

De seguida apresentamos o mapa com a representatividade das Funções no PPI e no Orçamento:

REPRESENTAÇÃO DAS FUNÇÕES NO PPI E NO ORÇAMENTO 2026				
Funcional do plano	Total PPI	%	Total Orçamento	%
	5 304 800,06 €	100%	14 314 240,77 €	37,06%
Funções Gerais	1 785 000,00 €	33,65%	1 785 000,00 €	12,47%
Funções Sociais	2 484 800,06 €	46,84%	2 484 800,06 €	17,36%
Funções Económicas	235 000,00 €	4,43%	235 000,00 €	1,64%
Outras Funções	800 000,00 €	15,08%	800 000,00 €	5,59%



O valor total previsto no PPI para o ano de 2026 é de 5.304.800,06€.

Destaca-se no PPI a aprovar, projetos em curso, a iniciar e em fase de conclusão, referentes a candidaturas efetuadas das quais destacamos:

- Requalificação do Campo Desportivo do Jardim da Seda de Freixo de Espada À Cinta;
- Reabilitação energética do Edifício dos Paços do Concelho de Freixo de Espada À Cinta;
- Reabilitação energética do Edifício da Biblioteca Municipal de Freixo de Espada À Cinta;
- Requalificação de espaços Públicos da Vila;
- Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação do espaço público.

### Plano de Atividades Municipal

Referente ao PAM, trata-se de um documento elaborado e executado à semelhança do PPI, contemplando todos os projetos e ações que o Município prevê realizar no âmbito dos objetivos traçados, explicitando a respetiva previsão da despesa para as atividades do Município em matéria de despesas correntes.

No mapa a seguir representado encontra a representatividade das Funções nas AMR's perante o Orçamento 2026:

REPRESENTAÇÃO DAS FUNÇÕES NAS AMR'S E NO ORÇAMENTO 2026				
Funcional do plano	Total AMR'S	%	Total Orçamento	%
	<b>2 030 000,00 €</b>	<b>100%</b>	<b>14 314 240,77 €</b>	<b>14,18%</b>
Funções Gerais	330 000,00 €	16,26%	330 000,00 €	2,31%
Funções Sociais	1 040 000,00 €	51,23%	1 040 000,00 €	7,27%
Funções Económicas	150 000,00 €	7,39%	150 000,00 €	1,05%
Outras Funções	510 000,00 €	25,12%	510 000,00 €	3,56%

- Apoio a transporte de doentes;
- Radar Social;
- Contratos Locais de Desenvolvimento Social;
- Festas em Honra de Nossa Senhora dos Montes Ermos, Amendoeira em Flor, Via-Sacra;
- Apoios a Juntas de Freguesia;
- Apoio a instituições sem fins lucrativos (associações culturais, sociais, desportivas,...);
- Apoio ao Bombeiros Voluntários de Freixo de Espada À Cinta;
- Apoios às Famílias;
- Apoios Escolares;
- Apoio a Natalidade;
- Promoção Turística do Concelho.



No quadro seguinte estão apresentadas as despesas inerentes à atividade para 2026, com as despesas de Funcionamento, Investimento, Serviço da Dívida e Outras Despesas.

Agregação	Capítulos	Afeto ao Orçamento	Peso	
Funcionamento	Despesas com pessoal	4 282 400,00 €	29,9%	57,0%
	Aquisição de bens e serviços	3 840 340,71 €	26,8%	
	Outras despesas correntes	31 500,00 €	0,2%	
Investimento	Aquisição de bens de capital	4 504 800,06 €	31,5%	32,0%
	Transferências de capital	75 000,00 €	0,5%	
Serviço da Dívida	Juros e outros encargos	135 100,00 €	0,9%	6,5%
	Passivos financeiros	800 000,00 €	5,6%	
Outras Despesas	Transferências correntes	645 000,00 €	4,5%	4,5%
	Subsídios	100,00 €	0,0%	
<b>Total da Despesa</b>		<b>14 314 240,77 €</b>	<b>100%</b>	

- Nas despesas de funcionamento destacam-se as despesas com o pessoal e a aquisição de bens e serviços, as quais representam 29,9% e 26,8%, respetivamente face ao total da despesa do Município.
- Nas despesas de investimento, é perceptível o peso de 31,5% relativamente às aquisições de bens de capital.

Para além das despesas de investimento e outras tipologias de despesa elencadas nas GOP, o Município exerce uma ampla participação em diversas empresas que expressam a parceria do Município em importantes áreas e projetos de interesse municipal, apresentadas no quadro em baixo:



Município de Freixo de Espada à Cinta  
Relatório do Orçamento Municipal para 2026

**A. Participações em Entidades Societária**

Entidade Participada		N.I.P.C	Tipo de entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício		Forma de realização de capital	
Denominação	N.I.P.C					Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios Monetários
Águas do Norte S.A.	513606084	Sociedade Anónima	36001	104 874 727,00 €	84 213,00 €	0,08%	84 213,00 €	84 213,00 €	
Congida la Barca	504635042	Sociedade por Quotas	50300	58 427,80 €	29 213,90 €	50,00%	29 213,90 €	29 213,90 €	
Águas do Interior- Norte, E.L.M., S.A.	515684473	Empresa Pública Municipal	36002	27 148 050,00 €	902 800,00 €	3,33%	902 800,00 €	14 800,00 €	880 000,00 €
LRTM- Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda	503271985	Sociedade por Quotas	86901	82 302,00 €	3 741,00 €	4,55%	3 741,00 €	3 741,00 €	

**B. Participações em Entidades Não Societária**

Entidade Participada		N.I.P.C	Tipo de entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício		Forma de realização de capital		Obs.
Denominação	N.I.P.C					Valor nominal subscrito	Valor nominal realizado	Valor nominal realizado	Meios Monetários	
Associação de Municípios do Douro Superior	503518689	Associação	84114						Quotas	
Douro Superior Associação de Desenvolvimento	503508985	Associação	94991						Quotas	
Turismo do Porto e Norte de Portugal	508905435	Entidade Regional	84123						Quotas	
ANMP- Associação Nacional de Municípios Portugueses	508038430	Associação de Municípios	94110						Quotas	
CIMDOURO	508779200	Associação de Municípios	84130						Quotas	
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	Sociedade por Quotas	84114	418 000 000,00 €	227 511,00 €	227 511,00 €	227 511,00 €	227 511,00 €		
Fundação Museu do Douro	507693671	Fundação	91020	1 093 034,10 €	4 200,00 €	4 200,00 €	4 200,00 €	4 200,00 €		

*(Handwritten signatures and initials in blue ink)*

*Alto Amador*



#### 4. Demonstrações Financeiras Previsionais

Nos termos do parágrafo 17, da NCP 1, do SNC-AP, *“as entidades públicas devem ainda preparar demonstrações financeiras previsionais, designadamente balanço, demonstração dos resultados por natureza e demonstração dos fluxos de caixa, com o mesmo formato das histórias, que devem ser aprovadas pelos órgãos de gestão competentes”*.

Desta forma, foram elaborados os seguintes mapas, tendo em conta a projeção a 31/12/2025:

Five handwritten signatures in blue ink, arranged vertically on the right side of the page. The signatures are: 1. A stylized signature starting with a large 'F'. 2. A signature that appears to be 'Cami'. 3. A signature that appears to be 'Beito'. 4. A signature that appears to be 'Alu'. 5. A signature that appears to be 'Jon'.



#### 4.1. Balanço Previsional

BLC - BALANÇO PREVISIONAL			
PERÍODO		ANO	
2026/01/01-2026/12/31		2026	
Rubricas	Notas	Datas	
		Previsto 2025/12/31	Previsto 2026/12/31
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente		45 239 023,64 €	46 565 964,61 €
Ativos fixos tangíveis		43 605 632,62 €	44 874 703,42 €
Ativos intangíveis		66 188,41 €	75 600,40 €
Participações financeiras		1 226 427,82 €	1 226 427,82 €
Outras contas a receber		340 774,79 €	389 232,97 €
Ativo corrente		933 867,98 €	1 528 686,45 €
Inventários		0,00 €	0,00 €
Devedores por transferências e		0,00 €	0,00 €
Clientes, contribuintes e utentes		80 734,09 €	92 214,48 €
Estado e outros entes públicos		5 000,00 €	0,00 €
Outras contas a receber		14 290,14 €	16 322,20 €
Caixa e depósitos		833 843,75 €	1 420 149,77 €
Total Ativo		46 172 891,62 €	48 094 651,06 €
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património Líquido		32 917 551,03 €	35 687 791,08 €
Património/Capital		25 097 961,80 €	25 097 961,80 €
Reservas		55 822,24 €	55 822,24 €
Resultados transitados		-13 353 482,56 €	-13 035 872,46 €
Ajustamentos em ativos financeiros		-34 001,76 €	-34 001,76 €
Outras variações no património líquido		20 833 641,21 €	23 411 393,68 €
Resultado líquido do período		317 610,10 €	192 487,58 €
Total Património Líquido		32 917 551,03 €	35 687 791,08 €
<b>PASSIVO</b>			
Passivo não corrente		11 740 887,43 €	10 831 108,21 €
Provisões		206 585,63 €	206 585,63 €
Financiamentos obtidos		10 589 702,89 €	9 852 936,75 €
Fornecedores		0,00 €	0,00 €
Responsabilidades por benefícios pós-		886 553,53 €	705 286,40 €
Diferimentos		0,00 €	0,00 €
Outras contas a pagar		58 045,38 €	66 299,43 €
Passivo corrente		1 514 453,16 €	1 575 751,75 €
Credores por transferências e subsídios		0,00 €	0,00 €
Fornecedores		284 298,34 €	324 725,56 €
Estado e outros entes públicos		104 760,80 €	119 657,79 €
Financiamentos obtidos		779 918,39 €	736 766,14 €
Fornecedores de investimentos		23 101,99 €	26 387,09 €
Outras contas a pagar		322 373,64 €	368 215,17 €
Total Passivo		13 255 340,59 €	12 406 859,97 €
Total Património Líquido e Passivo		46 172 891,62 €	48 094 651,05 €

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



#### 4.2. Demonstração de Resultados Previsionais

### DR - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA PREVISIONAL

PERÍODO	ANO
2026/01/01-2026/12/31	2026

Rubricas	Notas	Datas	
		Previsto 2025/12/31	Previsto 2026/12/31
Impostos, contribuições e taxas		216 382,72 €	247 152,34 €
Vendas		24 893,13 €	28 432,94 €
Prestações de serviços e concessões		445 537,51 €	508 892,94 €
Transferências e subsídios correntes obtidos		8 777 085,00 €	9 017 098,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias		-37 741,83 €	-43 108,71 €
Fornecimentos e serviços externos		-4 053 413,40 €	-4 053 413,40 €
Gastos com pessoal		-3 313 633,40 €	-3 784 832,07 €
Transferências e subsídios concedidos		-400 000,00 €	-400 000,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		196,09 €	223,97 €
Provisões (aumentos/reduções)		1 853,50 €	2 117,07 €
Outros rendimentos		608 148,24 €	608 148,24 €
Outros gastos		-61 003,68 €	-69 678,40 €
Resultados antes de depreciações e gastos de		2 208 303,88 €	2 061 032,91 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-1 755 467,49 €	-1 755 467,49 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		452 836,39 €	305 565,42 €
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-135 226,29 €	-113 077,84 €
Resultado antes de impostos		317 610,10 €	192 487,58 €
Resultado líquido do período		317 610,10 €	192 487,58 €

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'F. Carr', 'Beato', 'H. Alu.', 'J. J. J.', and 'Pedro Linnu']*



#### 4.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL			
PERÍODO		ANO	
2026/01/01-2026/12/31		2026	
Rubricas	Notas	Datas	
		Previsto 2025/12/31	Previsto 2026/12/31
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		506 296,37 €	578 291,72 €
Recebimentos de contribuintes		480 381,31 €	548 691,53 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		7 151 774,52 €	7 531 265,50 €
Recebimentos de utentes		14 238,76 €	16 263,51 €
Pagamentos a fornecedores		-3 959 862,16 €	-4 522 954,56 €
Pagamentos ao pessoal		-3 998 248,08 €	-4 566 798,96 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-540 669,03 €	-617 552,16 €
Caixa gerada pelas operações		-346 088,31 €	-1 032 793,42 €
Outros recebimentos/pagamentos		-62 364,43 €	-71 232,65 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-408 452,73 €	-1 104 026,07 €
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-1 655 289,28 €	-1 890 671,42 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-137 103,44 €	-156 599,55 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		39 970,00 €	26 520,00 €
Recebimentos - Transferências de capital		2 995 443,88 €	3 724 414,68 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		1 243 021,16 €	1 703 663,72 €
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		31 738,99 €	879 664,60 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-218 612,41 €	-779 918,39 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-143 961,36 €	-113 077,84 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-330 834,78 €	-13 331,63 €
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do pe		330 110,11 €	833 843,75 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do perío		833 843,75 €	1 420 149,77 €
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E</b>			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		330 110,11 €	833 843,75 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		330 110,11 €	833 843,75 €
SGA De execução orçamental		265 156,18 €	768 889,82 €
SGA De operações de tesouraria		64 953,93 €	64 953,93 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		833 843,75 €	1 420 149,77 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		833 843,75 €	1 420 149,77 €
SGS De execução orçamental		768 889,82 €	1 355 195,84 €
SGS De operações de tesouraria		64 953,93 €	64 953,93 €

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.]*



## 5. Anexos

- Demonstrações Orçamentais Previsionais
  - Orçamento e Plano Orçamental Plurianual
    - Resumo do Orçamento
    - Orçamento da Receita
    - Orçamento da Despesa
    - Resumo da Receita e da Despesa
    - Orçamento e Plano Orçamental Plurianual
  - Grandes Opções do Plano e Orçamento
    - Plano Plurianual de Investimentos (PPI)
    - Plano Atividades Municipal (PAM)
    - Estrutura de Objetivos e Programas das GOP

Considerando que orçamento foi elaborado ao abrigo do RFALEI e que algumas matérias, à data, ainda se encontram por regulamentar, **anexamos** ao presente relatório o seguinte:

- QPPO, MAPA DE EMPRÉSTIMOS, MAPA DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES E MAPA DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL
  - Os presentes documentos previsionais contemplam o **Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPPO)**. Este, normalmente, tem em conta as projeções macroeconómicas que servem de base ao Orçamento de Estado, documento este que, como já referimos, não se encontra ainda publicado na data de elaboração do presente relatório. Neste sentido, apresenta-se, de seguida, o quadro plurianual municipal possível face às circunstâncias, onde constam os totais de receita e de despesa para o horizonte temporal 2025-2029, pelo que os valores apresentados terão de ser lidos com esta ressalva.
  - **O mapa de empréstimos.**
  - Conforme a alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º do RFALEI, o Município de Freixo de Espada à Cinta deve indicar as **responsabilidades contingentes**, ou seja, possíveis obrigações que resultem de factos passados e cuja existência é confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade, ou obrigações presentes que, resultando de acontecimentos passados, não são reconhecidas porque:
    - Não é provável que um efluxo de recursos, que incorpora benefícios económicos ou um potencial de serviço, seja exigido para liquidar obrigações; ou
    - O montante das obrigações não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.
  - Considerando o artigo 40º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro o **mapa de equilíbrio orçamental**, traduz-se no presente relatório com a regra de equilíbrio orçamental:

*"1 - Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.*



2- Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

3- O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

4- Para efeitos do disposto no n.º 2, consideram-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital utilizado pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.”

#### OUTROS DOCUMENTOS

- Articulado do Orçamento
- Mapa das Entidades Participadas- Societárias e não Societárias
- Normas de Controlo Interno
- Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas
- Mapa de Pessoal
- Regulamento Interno- Descrição de Funções, Atribuições e Competências